

Factos relevantes ocorridos no 3.º Trimestre 2021

- **Covid-19:** Permanência da pandemia e das medidas legislativas e administrativas adotadas no seu combate, com expressão nos fluxos financeiros dos vários setores do universo das PPP.
- **Portagens:** Entrada em vigor da Portaria n.º 138-D/2021, de 30 de junho, que estabelece vários regimes de portagens.
- **Hospital de Cascais:** Início da fase de apresentação das propostas para a celebração de uma nova PPP para a gestão e prestação de cuidados de saúde.
- **Hospital de Lisboa Oriental:** Apresentação das versões finais das propostas pelos concorrentes, após conclusão da fase de negociação, encontrando-se as mesmas em processo de análise e avaliação por parte do júri do procedimento.
- **Resolução de Litígios:**
 - ❖ **EGEst Cascais:** (i) Preparação da submissão ao procedimento de mediação do pedido de REF relacionado com os encargos com a reorganização dos cuidados de saúde decorrentes da situação pandémica; (ii) Encerramento, sem acordo entre as partes, do procedimento de mediação sobre o pedido de REF relacionado com os encargos com os medicamentos para tratamento da Hepatite C; (iii) Apresentação pela EGEst do requerimento de constituição de tribunal arbitral com vista a dirimir o litígio relacionado com a responsabilidade financeira quanto à dispensa de medicamentos, de dispensa obrigatória em farmácia hospitalar, a utentes beneficiários de subsistemas públicos; e (iv) Prolação da decisão Arbitral que julgou improcedentes os pedidos formulados pela EGEst sobre o diferendo quanto à interpretação e execução das disposições contratuais que regulam as obrigações em matéria de formação de médicos internos.
 - ❖ **EGEst Loures:** (i) Notificação pela EGEst da intenção de submeter ao procedimento de mediação o pedido de REF relacionado com os impactos causados pela pandemia da Covid-19; (ii) Submissão à ARSLVT de um pedido de REF relacionado com a cedência gratuita em ambulatório hospitalar dos medicamentos antipsicóticos simples.
 - ❖ **Terminal de Contentores de Alcântara:** Admissão pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa do recurso interposto pelo Ministério Público da sentença que julgou extinta, por inutilidade superveniente da lide, a ação de declaração de nulidade do aditamento de 2008 ao Contrato de Concessão.
 - ❖ **ANA:** Submissão de um pedido de REF, com fundamento na redução das receitas devido às medidas de restrição do tráfego aéreo adotadas pelo Estado durante a Covid-19.
 - ❖ **Oceanário de Lisboa:** Submissão de um pedido de prorrogação do Contrato de Concessão, com fundamento nos impactos resultantes da pandemia e das medidas de restrição.

Execução Financeira – Visão global

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP nos primeiros 9 meses de 2021 ascenderam a 1 150,1M€, valor superior em 7% (71,9M€) face ao período homólogo.

Valores em milhares de euros

ENCARGOS LÍQUIDOS	2021	Peso no Total	2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Rodoviário	951 996	83%	844 771	13%	1 218 344	78%
Ferroviário	39 683	3%	36 426*	9%	53 605	74%
Aeroportuário	-	0%	-	n.a.	-	n.a.
Saúde	181 763	16%	218 921	-17%	276 479	66%
Portuário	(22 127)	-2%	(20 379)	-9%	(28 843)	77%
Oceanário	(1 166)	0%	(1 485)	21%	(1 037)	112%
TOTAL	1 150 149	100%	1 078 255	7%	1 518 547	76%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2021.

Nota:

(1) Os valores apresentados para o setor Portuário e o Oceanário encontram-se, tal como os demais do presente Quadro, na ótica dos encargos líquidos, representando estes um valor negativo considerando as receitas apuradas no respetivo setor. A variação face ao período homólogo é também apresentada na mesma ótica, o que não corresponde ao resultado aritmético da variação dos valores apresentados (i.e., uma diminuição das receitas é apresentada como um aumento percentual dos encargos líquidos, e vice-versa).

(2) Os valores da coluna 2021P correspondem à previsão inscrita no Relatório do OE2021, com exceção do setor portuário, uma vez que esses parceiros públicos, por não integrarem o setor institucional das Administrações Públicas, não estão incorporados no processo de consolidação para o Orçamento do Estado.

* O valor dos encargos líquidos do setor ferroviário sofreu uma correção face ao valor reportado no Boletim do 3º trimestre de 2020.

Principais variações dos encargos líquidos acumulados do 3.º T de 2021 face ao 3.ºT de 2020:



Rodoviário: Diminuição de pagamentos por Compensações/REF (-30,2M€) e por serviço (-15,6M€).



Saúde: Diminuição dos encargos com as EGEst (-37,2M€) explicado essencialmente pelo término do contrato da EGEst Vila Franca de Xira (-22,2M€) e pela diminuição dos pagamentos de reconciliação realizados às EGEst (-11,3M€).



Rodoviário: Aumento dos pagamentos por disponibilidade (+144,3M€).



Ferroviário: Aumento dos encargos com o Metro do Porto (+3,3M€).

Setor Rodoviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do setor público com o **setor rodoviário** ascenderam nos primeiros 9 meses de 2021 a 952,0M€, representando um aumento de 13% face a igual período de 2020. Esta evolução é justificada pelo aumento dos encargos brutos (+10%) e pelo decréscimo das receitas de portagem (-1%).

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	AC 2021	Peso no Total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Encargos brutos	1 178 215	100%	1 073 546	10%	1 574 385	75%
Pagamentos por Disponibilidade	1 105 371	94%	961 097	15%	1 313 444	84%
Concessões	579 428	49%	565 418	2%	755 173	77%
Subconcessões	525 943	45%	395 679	33%	558 270	94%
Custos com serviço de cobrança de portagem⁽¹⁾	28 037	2%	29 023	-3%	42 811	65%
Pagamento por serviço⁽²⁾	39 203	3%	54 803	-28%	70 041	56%
Compensações/REF's	(2 222)	0%	27 943	-108%	24 247	-9%
Grandes Reparações	7 825	1%	679	1052%	123 843	6%
Receitas	226 218	100%	228 775	-1%	356 042	64%
Concessões	201 412	89%	203 020	-1%	313 518	64%
Subconcessões	24 164	11%	24 543	-2%	32 280	75%
Outros ⁽³⁾	642	0%	1 211	-47%	10 244	6%
Encargos líquidos totais	951 996		844 771	13%	1 218 344	78%
Taxa de cobertura	19%		21%		23%	85%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:

(1) Refere-se aos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem celebrados pela IP no quadro dos contratos de concessão anteriormente em regime SCUT (com exceção da concessão da Beira Interior, em que a titularidade das receitas de portagem é da concessionária).

(2) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.

(3) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/easytoll).

O aumento face a período homólogo em 104,7M€ dos encargos brutos é explicado, entre diversos motivos, pelo seguinte:

- **Baixo Tejo:** Pagamento de acerto de disponibilidade referente aos anos de 2018 a 2021, apurado pela Comissão de Negociação, decorrente do acordo relativo à exclusão da ER-377-2 (+88,8M€);
- **Algarve Litoral:** Pagamento de 44,2M€ no decurso do processo cautelar associado à ação arbitral principal de rescisão do contrato de subconcessão reformado, por conta de trabalhos já realizados pela subconcessionária (36,9M€) e uma componente mensal até que seja proferida decisão final nos autos principais;
- **Beira Interior, Grande Porto, Norte, e Pinhal Interior:** Aumento dos pagamentos por disponibilidade devido à evolução contratualmente prevista das tarifas (+8,9M€);
- **Norte e Beiras Litoral e Alta:** Aumento dos pagamentos de reconciliação em cerca de 7,9M€;

(cont.)

- **Norte e Grande Porto:** Aumento de pagamentos referente a grandes reparações (+7,1M€);
- **Norte Litoral:** Variação positiva de cerca de 5,5M€ decorrente de pagamentos efetuados devido à aplicação da cláusula de neutralidade fiscal;

Cujos efeitos foram parcialmente mitigados por:

- **Litoral Centro e Douro Litoral:** Não ocorrência de pagamentos de compensação para REF (-16,4M€), durante o período em apreço em comparação com o período homólogo;
- **Baixo Alentejo, Baixo Tejo, Transmontana e Litoral Oeste:** diminuição do valor dos pagamentos por serviço em cerca de 13,1M€, decorrente da quebra de tráfego verificada em 2020 devido às medidas restritivas de circulação do combate à Covid-19 (esta componente tem por base o valor de tráfego total do ano anterior);
- **Litoral Oeste e do Baixo Tejo:** Ausência de pagamentos de compensação, fruto dos acordos alcançados referentes aos litígios relativos aos Dispositivos Eletrónicos de Matrícula, em comparação com o período homólogo (-7,0M€);
- **Litoral Oeste, Transmontana e Interior Norte:** Diminuição dos pagamentos por disponibilidade, decorrente da evolução contratualmente prevista (-7M€); e
- **Lusoponte:** Ocorrência de um recebimento ao abrigo do acordo de REF de 2012 (+5,9M€).

A diminuição da receita de portagens (-2,6M€) é explicada maioritariamente pela introdução de descontos nomeadamente pela aplicação do novo regime de descontos que vigorou no 1.º semestre de 2021 (Portaria 309-B/2020, de 31 de dezembro) e para o restante período o regime de descontos constantes na Portaria n.º 138-D/2021, de 30 de junho.

Por último, destaca-se que a taxa de cobertura das receitas pelos encargos brutos foi de 19%, ligeiramente inferior à taxa verificada no período homólogo.

Setor da Saúde

Execução financeira

Os encargos acumulados do setor público com as parcerias da **saúde**, nos primeiros 9 meses de 2021, ascenderam a 181,8M€, representando um decréscimo de cerca de 37,2M€ (-17%) face aos encargos incorridos em igual período de 2020. Este decréscimo resulta da diminuição dos encargos associados à EGEst (-19%) e à EGED (-7%) face ao período homólogo.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Hospitais PPP - Estabelecimentos	152 038	84%	186 800	-19%	238 058	64%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	141 393	78%	163 611	-14%	203 000	
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	3 266	2%	14 578	-78%	11 549	
Protocolos/outros ⁽³⁾	7 379	4%	8 610	-14%	23 509	
Hospitais PPP - Edifícios	29 725	16%	32 121	-7%	38 421	77%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	26 023	14%	28 002	-7%	34 526	
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	3 701	2%	4 119	-10%	3 895	
Encargos Totais	181 763	100%	218 921	-17%	276 479	66%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Notas:

(1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período, com exceção dos pagamentos de reconciliação.

(2) Pagamentos de reconciliação, nos termos contratualmente previstos, de acerto entre os montantes efetivamente pagos e os devidos relativamente a períodos anteriores.

(3) Inclui os pagamentos relativos: (i) ao protocolo VIH/SIDA estabelecido no Hospital de Cascais, pagamentos referentes às doenças lisossomais no Hospital de Braga, realizados ao abrigo do programa específico de financiamento, previsto no Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto da Saúde, de 15 de setembro de 2009, (ii) valores pagos no âmbito do programa de financiamento (centralizado) para o tratamento da hepatite C crónica, estabelecido pelo Ministério da Saúde no ano de 2015.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
H. Cascais	64 211	35%	63 888	1%	95 479	67%
EG Estabelecimento	57 039	31%	55 734	2%	86 274	66%
EG Edifício	7 173	4%	8 154	-12%	9 206	78%
H. Braga	5 762	3%	6 758	-15%	7 183	80%
EG Estabelecimento	261	0%	-	n.a.	-	n.a.
EG Edifício	5 501	3%	6 758	-19%	7 183	77%
H. Loures	77 586	43%	92 348	-16%	127 672	61%
EG Estabelecimento	66 667	37%	81 513	-18%	113 573	59%
EG Edifício	10 919	6%	10 835	1%	14 100	77%
H. VFXira	34 204	19%	55 927	-39%	46 144	74%
EG Estabelecimento	28 072	15%	49 553	-43%	38 212	73%
EG Edifício	6 132	3%	6 375	-4%	7 932	77%
TOTAL	181 763	100%	218 921	-17%	276 479	66%
Estabelecimentos	152 038	84%	186 800	-19%	238 058	64%
Edifícios	29 725	16%	32 121	-7%	38 421	77%

Relativamente à EGEst, as principais variações devem-se:

- **Hospital de Vila Franca de Xira:** decréscimo dos pagamentos contratuais (-21,5M€) resultante do término do respetivo contrato de gestão; e
- **Hospital de Loures:** não ocorrência de pagamento de reconciliação (-14,6M€) quando comparado com o período homólogo anterior.

Quanto à EGED, a redução verificada deve-se à (i) diminuição de 2,0M€ nos termos contratualmente previstos da componente fixa de todos os contratos (sobretudo na EGED Cascais e EGED Braga, com uma variação de -1M€ e -0,8M€, respetivamente) e (ii) redução do valor dos pagamentos de reconciliação à EGED Braga (-0,5M€).

Setor Portuário

Execução financeira

O valor acumulado das receitas das parcerias **portuárias** nos primeiros 9 meses de 2021 ascenderam a 22,1M€, valor superior em 9% face ao período homólogo. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento dos fluxos financeiros referentes ao Terminal de Contentores de Sines XXI e ao Terminal de Contentores de Alcântara.

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Porto de Douro e Leixões	16 306	74%	16 124	1%	21 069	77%
Terminal de Contentores de Leixões	14 157	64%	14 047	1%	18 435	77%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	2 149	10%	2 077	3%	2 633	82%
Porto de Lisboa	2 101	9%	1 561	35%	2 833	74%
Terminal de Contentores de Alcântara	2 101	9%	1 561	35%	2 833	74%
Porto de Sines	3 720	17%	2 694	38%	4 941	75%
Terminal de Contentores de Sines XXI	3 720	17%	2 694	38%	4 941	75%
TOTAL	22 127	100%	20 379	9%	28 843	77%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: Os fluxos financeiros referem-se a pagamentos efetuados pelas concessionárias às Administrações Portuárias, receitas, e decompõem-se numa componente fixa e/ou variável, sendo esta última calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais.

Setor Ferroviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do setor público com o setor **ferroviário** ascenderam a 39,7M€, nos primeiros 9 meses de 2021, montante superior em 9% face ao registado no período homólogo.

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Concessão do MST	7 527	19%	5 724	31%	9 541	79%
Concessão Eixo Norte/Sul	-	0%	(2)	n.a.	-	n.a.
Subconcessão Metro do Porto	32 156	81%	30 705*	5%	44 063	73%
TOTAL	39 683	100%	36 426	9%	53 605	74%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF e pelo Metro do Porto, S.A..

Nota: O valor assinalado com * sofreu uma correção face ao valor reportado no Boletim do 3º trimestre de 2020.

Esta variação é maioritariamente devida a (i) pagamentos de compensação à concessão do MST de insuficiência de tráfego referente a 4 trimestres (vs 3 trimestres no período homólogo) e (ii) diminuição do valor referente a penalidades, no Metro do Porto, em cerca de 1,5M€.

Oceanário

Execução financeira

O valor acumulado dos pagamentos realizados pelo **Oceanário** ao parceiro público ascendeu a 1,2M€, valor inferior em 21% face ao período homólogo, essencialmente explicado pela redução da componente variável. A referida componente é calculada anualmente com base nas receitas da concessão no ano anterior, que sofreu uma redução devido ao impacto das limitações impostas decorrente da doença Covid-19.

Valores em milhares de euros

PPP Oceanário	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Remuneração mensal	1 007	86%	1 008	0%	n.a.	n.a.
Componente variável	159	14%	477	-67%	n.a.	n.a.
TOTAL	1 166	100%	1 485	-21%	1 037	112%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.

Nota: Esta versão flash deverá ser apreciada como complemento ao Boletim publicado no site da UTAP em www.utap.pt

Execução financeira

Os contratos de concessão a cargo da **ANA – Aeroportos de Portugal** não preveem, numa base recorrente, encargos para o parceiro público. Pelo contrário, nos termos dos contratos atualmente em vigor, preveem-se receitas numa base recorrente para o setor público, as quais terão início apenas em 2023. Assim, não ocorreu qualquer fluxo financeiro nos primeiros 9 meses de 2021 nem no homólogo de 2020.